

Aumento de R\$ 41 bi nos gastos em 2018

RIBAMAR OLIVEIRA

A mensagem modificativa da proposta orçamentária de 2018, que será encaminhada na próxima semana ao Congresso Nacional pelo governo, poderá ampliar as despesas da União em até R\$ 41,3 bilhões. Este é o espaço que existe para o cumprimento do teto de gastos da União fixado para o próximo ano, deixado pela proposta enviada no fim de agosto.

A maior parte do aumento do gasto será coberta pela elevação em R\$ 30 bilhões da meta de déficit primário, que passou de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões no próximo ano. Os outros R\$ 11,3 bilhões terão que vir de novas receitas.

A emenda modificativa deixará uma questão para ser resolvida no futuro. Ao elaborar a previsão da receita para o próximo ano, o governo não considerou a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de excluir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do PIS e da Cofins. Para compensar

essa decisão, que reduz a receita das duas contribuições, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, anunciou que o governo terá que elevar as alíquotas do PIS/Cofins. Mas, até agora, isso não foi feito. Assim, a receita prevista para o PIS/Cofins na mensagem modificativa será irreal.

Governo não considerou decisão do STF sobre PIS/Cofins

Ao elaborar a mensagem, a equipe econômica enfrentou outro problema, pois as concessões feitas pelo presidente Michel Temer para superar a segunda denúncia contra ele reduziram a estimativa da receita que constava da proposta orçamentária elaborada em agosto.

Apenas para obter o apoio do Partido da República (PR), Temer aceitou retirar o aeroporto de Congonhas do programa de concessões de serviços públicos a serem realizadas no próximo ano. Na terça-feira passada, o "Diário Oficial da União" publicou a lista dos aeroportos incluídos no programa de

desestatização, onde não aparece Congonhas.

A pressão do PR custou cerca de R\$ 5 bilhões, pois esta era a receita que a União obterá com a concessão do aeroporto mais central e acessível de São Paulo, de acordo com previsão da proposta orçamentária apresentada no dia 31 de agosto. A equipe econômica terá, portanto, que encontrar outra fonte de recursos para compensar essa perda.

No dia 16 de agosto, o governo divulgou um pacote de medidas que ajudariam o ajuste das contas da União no próximo ano. O pacote proporcionaria uma receita adicional de R\$ 14,5 bilhões no próximo ano. Com a tributação sobre fundos de investimentos, a previsão era arrecadar R\$ 6 bilhões. Com mudanças no programa Reintegra, o governo esperava obter R\$ 2,6 bilhões. Com a reoneração da folha de pagamentos de alguns setores da economia, a estimativa de receita era de R\$ 4 bilhões. A elevação para 14% da contribuição previdenciária





dos servidores públicos que ganham acima do teto do INSS (R\$ 5.531), deveria gerar R\$ 1,9 bilhão.

As mudanças no Reintegra foram feitas por meio de decreto e o governo encaminhou ao Congresso um projeto de lei reonerando a folha de vários setores da economia. Somente na terça-feira passada foi escolhido o relator do projeto, que será um parlamentar opositorista, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

A reoneração da folha está sujeita ao regime de noventena, ou seja, só valerá três meses depois de aprovada. Se a aprovação ocorrer no fim de dezembro, por hipótese, a receita só começará a ingressar nos cofres públicos em abril do próximo ano. Não está claro se o governo, quando estimou uma receita de R\$ 4 bilhões com a reoneração da folha, levou em consideração o prazo dilatado para a entrada em vigor da medida.

Duas medidas sofreram atraso porque o Palácio do Planalto decidiu esperar a votação da segunda denúncia contra Temer, antes de adotá-las. A primeira é a elevação da alíquota previdenciária dos servidores e a outra, a tributação de fundos de investimentos. A estratégia dos ministros da área econômica era a de realizar as mudanças por meio

de medida provisória. Assim, as mudanças seriam imediatas e as receitas previstas seriam garantidas.

A área econômica chegou a encaminhar as minutas de duas medidas provisórias, que tratavam desses dois assuntos, à Casa Civil, antes da viagem do presidente Temer à China, no fim de agosto. Inicialmente, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), no exercício da Presidência da República, recusou-se a editá-las. Quando Temer retornou ao país, também não editou as medidas.

Agora, a área política do governo, liderada pelo ministro-chefe da Casa Civil, negocia com o presidente da Câmara a adoção de todas as medidas por meio de projetos de lei. Se a decisão for essa, a receita será bem menor do que inicialmente prevista.

Isto porque a elevação da alíquota previdenciária dos servidores e a tributação dos fundos de investimentos também precisam cumprir a noventena. Como o governo não controla o prazo de votação das medidas no Congresso, elas poderão ser aprovadas muito tarde, talvez em dezembro. Desta forma, as receitas só ingressarão nos cofres públicos no fim de março ou começo de abril.

Todas essas frustrações de receitas terão de ser compensadas por novas fontes de recursos, a serem descobertas pela área econômica. Fontes do governo disseram ao Valor que não está descartada a elevação de outros tributos, mesmo com a perspectiva de aumento das alíquotas do PIS/Cofins.

Se o presidente Temer não quiser trilhar o caminho da elevação de tributos, a alternativa será cortar despesas. O problema é que se a emenda modificativa mantiver as despesas da União em 2018 abaixo do teto de gastos, instituído pela emenda constitucional 95, os deputados e senadores reestimarão as receitas da União para ocupar o espaço orçamentário deixado pelo governo.

Com isso, produzirão um Orçamento irrealista apenas para ocupar todo o espaço do teto de gastos. Restará ao governo corrigir o irrealismo, cortando as despesas adicionais, durante o contingenciamento das dotações orçamentárias, que normalmente faz em fevereiro de cada ano.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :
ribamar.oliveira@valor.com.br

Conversão de multa injeta R\$ 4,6 bi em projetos

Por Daniela Chiaretti | De São Paulo

O decreto assinado no sábado por Michel Temer, que permite a conversão de multas ambientais, tem o potencial de colocar R\$ 4,6 bilhões em projetos ambientais prioritários na primeira fase de execução. Para se ter ideia do que isso significa, o maior fundo de recursos para proteção da Amazônia, o Fundo Amazônia, colocou R\$ 3,9 bilhões em projetos em dez anos.

O orçamento do Ministério do Meio Ambiente para ações ambientais, contando com autarquias como Ibama, Instituto Chico Mendes, Agência Nacional de Águas e Serviço Florestal Brasileiro, é de apenas R\$ 600 milhões ao ano. "É um avanço histórico", diz a presidente do Ibama, Suely Araújo, a quem se deve a arquitetura deste esforço que vem sendo desenhado pelo órgão há um ano e meio.

A conversão de multas em

serviços ambientais está prevista na Lei de Crimes Ambientais, de 1998.

A ferramenta foi aplicada em decreto de 2008, mas de forma confusa. Permitiu a pulverização de projetos que não significavam grandes melhoras ambientais. O autuado podia fazer a conversão direta em projetos ambientais e, se pagasse a vista, teria 40% de desconto.

Em 2012, o Ibama suspendeu a aplicação do decreto. "Tínhamos dificuldade de controlar tantos projetos picados", diz Suely. O novo decreto inova em vários pontos. Um deles é o que adiciona a "modalidade indireta" em que quem paga a multa participa de grandes projetos ambientais. "Queremos reverter, por exemplo, a situação de uma área degradada", afirma.

O órgão prepara um edital para promover a recuperação ambiental das subbacias do rio São Francisco, que está em situação dramática de escassez hídrica. "A ideia é promover a restauração florestal, plantar árvores de Cerrado, e proteger o

rio", explica Suely.

Hoje, a arrecadação histórica média das multas aplicadas pelo Ibama é de 5%. O órgão aplica ao ano uma média de R\$ 3 bilhões de multas. Nos raros casos em que a multa é paga, apenas 1/5 do valor retorna a ações ambientais. O maior volume vai para o Orçamento da União. "Agora, os recursos irão para projetos ambientais. Não entram no Ibama, nem no Icmbio, vão direto para grandes projetos". A iniciativa prevê que os recursos irão do autuado para um banco público e de lá para projetos de recuperação ambiental.

A controvérsia ocorreu porque, para seduzir os multados a pagarem e entrarem no projeto (que eles irão ajudar a monitorar), o decreto define desconto de 60% na multa, o que foi interpretado como uma anistia aos infratores.

"O decreto tem um ponto positivo e um negativo. O positivo é a possibilidade de infratores custearem





projetos prioritários como a recomposição da bacia do São Francisco", diz Maurício Guetta, advogado do Instituto SocioAmbiental. "O negativo é que consideramos o percentual dado para esta adesão, de 60%, exagerado."

"É um instrumento excelente e necessário. O problema é o contexto político do momento. Mas estamos trabalhando há 20 anos nesta história", diz Mario Mantovani, diretor da SOS Mata Atlântica. "Precisávamos buscar estes recursos para fazer restauração florestal e conseguir cumprir a meta climática brasileira", continua, referindo-se ao compromisso de se reflorestar 12 milhões de hectares até 2030.

"Vejo o movimento ambientalista articular este decreto há muito tempo. Não é um decreto dos ruralistas, ao contrário", disse Alfredo Sirkis, coordenador-geral do Fórum Brasileiro de Mudança

Climática. "Está há meses em um buraco negro do Planalto e apareceu de maneira inesperada, o que levou a imaginar que fazia parte da barganha com os ruralistas."

Dos 20 maiores devedores de multas ao Ibama, apenas um é do agronegócio. Todos os outros são empresas, como a Petrobras, companhias de saneamento, seis grandes siderúrgicas. O passivo de multas devido ao Ibama é de R\$ 38 bilhões. Desse total, a equipe do órgão selecionou R\$ 4,6 bilhões como sendo de grande potencial para conversão das multas em projetos de restauração florestal.

Jaime Gesisky, especialista em políticas públicas do WWF-Brasil, lembra que o orçamento federal para ações ambientais tem sofrido duros cortes nos últimos anos e que o decreto é uma medida que pode contornar a escassez de recursos para o setor. (Colaborou Luciano Máximo, de São Paulo)

Após votação da denúncia, governo acelera agenda econômica no Congresso

Esforço. Paralisada há mais de cinco meses, Previdência é prioridade, mesmo que reduzida praticamente à idade mínima; governo também precisa enviar até o dia 30 um pacote de medidas de ajuste fiscal para reforçar as receitas do Orçamento do ano que vem

Antes mesmo de ser encerrada a votação da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer, que acabou rejeitada pelos deputados, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já havia tomado as rédeas das negociações para a retomada das votações dos projetos econômicos do governo.

Maia chamou para uma reunião, hoje de manhã, em sua casa, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, para definir as prioridades da agenda após a votação da denúncia. Depois de ter esticado a corda na relação com Maia, o Palácio do Planalto busca agora deixar nas mãos do deputado a condução da retomada das discussões sobre a reforma da Previdência, paralisada há mais de cinco meses.

A estratégia do governo é não bater de frente com Maia para tentar destravar a votação dos projetos. Paralelamente, a equipe

econômica começa a rediscutir medidas de estímulo à economia. Duas já estão em ritmo acelerado: a liberação, no primeiro trimestre de 2018, de uma nova rodada de saques do PIS/PASEP, e a privatização da Eletrobrás.

A prioridade do governo continua sendo a reforma da Previdência, mesmo que reduzida. O governo tem de acertar também o envio até o dia 30 deste mês do pacote de medidas de ajuste fiscal para reforçar as receitas do Orçamento de 2018. Sem essas medidas, a situação fiscal no ano que vem ficará mais difícil.

Maia e a equipe econômica vão fechar um novo calendário. A partir daí, serão retomadas as negociações com parlamentares, segundo fontes do governo. Michel Temer sancionou – na véspera da votação e com menos vetos do que os recomendados pela Fazenda – a MP do refinanciamento das dívidas tributárias (Refis) para atender parlamentares.

Ontem, o deputado Newton Cardoso Júnior (PMDB-MG) disse, pelo Twitter, que o governo vai editar na segunda-feira outra MP prorrogando o prazo de adesão ao programa para o dia 14 de novembro. Ontem, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles,

inicialmente contrário à extensão do prazo, mais uma concessão aos parlamentares, indicou concordância. “Pode ser prorrogado, mas existem algumas questões que têm de ser definidas”, afirmou, após participar de evento em Brasília.

A adesão terminaria no próximo dia 31. Segundo o ministro, cálculos indicam que a arrecadação do programa neste ano ficará em R\$ 7 bilhões. A última previsão oficial era de R\$ 8,6 bilhões. Meirelles ressaltou que a arrecadação de impostos está crescendo, o que poderá compensar a diferença.

Desbloqueio.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse ao Estadão/ Broadcast que um novo desbloqueio do Orçamento dará um horizonte mais favorável. “A Câmara vai se reunir para fazer uma proposta de votação de temas que estão lá e o Senado também”, disse Jucá. Para ele, o Senado avançou nas votações ao aprovar, nas duas últimas sessões, os projetos de leniência e do cadastro positivo.

Arthur Oliveira Maia (PPSBA), relator da reforma da Previdência, esteve ontem com o ministro- chefe





da Casa Civil, Eliseu Padilha. A intenção do governo é que Oliveira Maia retome a interlocução com Rodrigo Maia e com as bancadas. Após as delações dos executivos da JBS, as negociações ficaram completamente paralisadas.

A área econômica oficialmente vai insistir na versão mais ampla da reforma, mas nos bastidores já reconhece que o mais provável é uma proposta que reúna apenas fixação de idade mínima, maior tempo de contribuição e a instituição de uma regra de transição para quem já está hoje no mercado de trabalho. Ontem à noite, Rodrigo Maia defendeu uma reforma mais ‘enxuta’. “Misturam-se muitos temas e, quando se mistura, acaba somando adversários”, disse.

ADRIANA FERNANDES,
IDIANA TOMAZELLI, IGOR
GADELHA, LORENNNA
RODRIGUES

Venda da Eletrobrás deve render R\$ 15 bi à União

Governo refaz contas e dobra estimativa de quanto vai arrecadar com a privatização da estatal; negócio deve levantar um total de R\$ 35 bilhões

Adriana Fernandes
Anne Warth

O governo deve dobrar a previsão de arrecadação com a privatização da Eletrobrás no Orçamento de 2017. A estimativa de R\$ 7,7 bilhões que consta no projeto é considerada conservadora e deverá ser alterada para um valor mais próximo de R\$ 15 bilhões, segundo apurou o 'Broadcast/Estadão'.

O valor é referente à parcela que o Tesouro Nacional vai receber da Eletrobrás pelo pagamento de bônus de outorga no processo de privatização da companhia, quando a energia das usinas da empresa, hoje entregue pelo custo, poderá ser vendida a preços de mercado.

A privatização poderá render entre R\$ 30 bilhões e R\$ 35 bilhões, segundo estimativas da área econômica, mas esse benefício será dividido entre Tesouro, Eletrobrás e os consumidores de energia, por meio de abatimentos futuros na conta de luz.

A mudança está em discussão entre os ministérios da Fazenda, Minas e Energia, Planejamento e a secretaria executiva do Programa de Parcerias de Investimento (PPI). Fernando Coelho Filho, que se licenciou do Ministério das Minas e Energia para reassumir seu mandato de deputado e votar a favor de Temer, disse ontem que a medida provisória irá à Casa Civil na semana que vem.

“Estamos correndo para fechar.” Ontem, depois da divulgação da notícia pelo Broadcast, as ações da Eletrobrás foram destaque de alta na Bolsa. Os papéis ON fecharam o dia com valorização de 3,45%. A MP que será publicada na próxima semana vai abrir caminho para a privatização e deve trazer soluções para passivos que se arrastam há anos e que poderiam reduzir o apetite dos investidores.

O Planalto aposta nessa MP para dar ânimo à economia depois da votação na Câmara que arquivou a segunda denúncia contra Michel Temer. Segundo fontes, a MP deve permitir um acerto de contas envolvendo a dívida da Eletrobrás com a Petrobrás. A União assumirá uma parte do débito, equivalente ao valor de R\$ 3,5 bilhões.

Esse pagamento será feito com o dinheiro do bônus de outorga. A medida pode elevar o valor de mercado da companhia. O arranjo será uma solução para a proposta prevista na Medida Provisória 706, sancionada no ano passado, que permitiu que a União fizesse um aporte de até R\$ 3,5 bilhões para a Eletrobrás atender regiões isoladas, majoritariamente no Norte do País, abastecidas por termoeletricas.

Até hoje, esse valor nunca foi aplicado. Esse dinheiro não cobrirá todo o rombo da Eletrobrás com a Petrobrás, que supera R\$ 10 bilhões. A dívida decorre do fornecimento, pela petroleira, de combustível usado pelas termoeletricas, que não foi pago pelas distribuidoras da companhia. O problema terá de ser resolvido pela própria Eletrobrás.

Velho Chico.

Após ser privatizada, a Eletrobrás terá de assumir alguns compromissos, como o projeto de revitalização do Rio São Francisco, que visa recuperar a capacidade de armazenamento dos reservatórios da região. O custo estimado é de R\$ 500 milhões anuais, mas o prazo para concluir o projeto pode subir de 10 para 30 anos.





Outro compromisso do qual o governo não abre mão é o compartilhamento dos benefícios da privatização e da desotização com os consumidores, por meio de abatimentos na conta de luz.

COLABOROU LU AIKO
OTTA

PRESTE ATENÇÃO

- 1.** A privatização da Eletrobrás deve render no total
• entre R\$ 30 bilhões e R\$ 35 bilhões.
- 2.** Cerca de R\$ 15 bilhões devem ser repassados
• para a União pelo pagamento da outorga.
- 3.** O valor da venda da estatal será dividido entre
• Tesouro, Eletrobrás e os consumidores de energia.
- 4.** Os consumidores de energia do País serão
• favorecidos por meio de abatimentos futuros na conta de luz.
- 5.** A MP da privatização deve permitir um acerto
• de contas envolvendo a dívida da Eletrobrás com a Petrobrás.

O equívoco do nosso isolamento

Zeina Latif

Simplificações são arriscadas. Porém, parece justo afirmar que o pensamento econômico no Brasil deu pouca importância a restrições orçamentárias nas contas públicas – o que explica o histórico de inflação alta – e com frequência julgou a literatura internacional de pouca serventia, pois o Brasil seria, supostamente, diferente.

Essa combinação não deu boa coisa: um Estado que intervém excessivamente, e mal, na economia, e sem o devido cuidado com os recursos públicos. A sociedade perde. Nesses tempos de cobertor curto, cada vez mais o Brasil precisará conectar-se ao debate mundial e aprender com experiências de sucesso.

O mundo discute as melhores políticas públicas, com base em estudos e evidências empíricas, e busca escolher aquelas mais eficientes, sem perder de vista o equilíbrio fiscal. Qual a melhor forma de reduzir a desigualdade regional, por exemplo? Estimulando diretamente o setor produtivo das regiões atrasadas, com subsídios tributários e creditícios e com investimento direto do Estado na produção, ou investindo em educação e infraestrutura e estimulando o empreendedorismo, aliando programas de transferência de

renda no curto prazo?

Não estamos acostumados a refletir sobre as escolhas de políticas públicas e somos refratários a avaliações de resultados. Interessante artigo, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dos pesquisadores Mauro Boianovsky e Leonardo Monasterio, ajuda nessa reflexão. Os autores narram a vinda do Nobel em Economia de 1993, Douglass North, ao Brasil em 1961.

A missão de North, organizada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos juntamente com o Ibre/FGV, era avaliar os planos da Sudene para o desenvolvimento do Nordeste, tendo em vista o acordo de cooperação financeira e técnica entre o governo Kennedy e a Sudene, de Celso Furtado. Pena que não consideramos as recomendações de North.

Insistimos no modelo de promoção da industrialização e rejeitamos políticas assistencialistas de curto prazo do governo americano. North não via a promoção da industrialização como política adequada para uma região com carência de mão de obra qualificada, insumos naturais e mercado consumidor.

O Nordeste não seria uma área industrial. Sua recomendação foi que o governo americano se envolvesse apenas moderadamente, em um programa voltado a explorar o talento da região, por meio da implantação de centros de pesquisa de agricultura tropical, pesca, recursos geológicos e hídricos do Vale do Parnaíba.

Em suas andanças pelo País, North estranhou o enorme intervencionismo estatal, inclusive no urbanismo, e questionou como os brasileiros aceitam tantos controles, regulações e restrições, e por que o pensamento liberal de Eugênio Gudin enfrentava tanta resistência. A resposta pode estar no nosso isolamento. Privilegiamos a narrativa e desprezamos o diálogo com a academia internacional.

Aos poucos aprendemos com os erros, como na adoção de políticas focalizadas, como o Bolsa Família. Mantemos, no entanto, programas de desenvolvimento regional, que consomem R\$ 5,6 bilhões do Orçamento da União. Com a Zona Franca de Manaus, lá se vão mais R\$ 25,6 bilhões, só no nível federal. O problema não são os programas em si, mas sua desconexão com as vantagens





comparativas e talentos regionais.

O custo não é só fiscal, mas também as distorções geradas. Poderíamos estar adotando políticas mais eficazes e eficientes. Não avaliamos o custo de oportunidade das políticas. Insistimos ainda na industrialização com participação estatal, que foi o caso das refinarias da Petrobrás, sem viabilidade econômica.

Achamos que somos diferentes e partimos para o experimentalismo excessivo e descuidado, e, nos últimos anos, com a crença equivocada de que com o pré-sal não faltariam recursos. A estratégia não funcionou e nos fez mal. O Nordeste não se desenvolveu como se esperava. Continua pobre e dependente de recursos governamentais, passados quase 60 anos. As eleições se aproximam. Vamos rever nosso pensamento?

ECONOMISTA-CHEFE DA
XP INVESTIMENTOS